DE MACARRONADAS E ESCONDIDINHOS

Frederico de Holanda (\*)

Infelizmente, não está no horizonte uma política a reverter a tradição de Brasília como reino dos sujeitos motorizados em carros individuais, dos bairros segregados da elite onde “nada pode”, dos obstáculos a um espaço público mais vivo.

Da casa ao trabalho (Grande Colorado – UnB) passo por três “macarronadas” em preparação: complexos de viadutos que aumentarão brutalmente (não me ocorre melhor termo) a superfície asfáltica para os carros. Como mostra a experiência internacional (e daqui mesmo), não resolverão problemas de mobilidade, levarão os congestionamentos daqui para acolá, e atrairão mais carros para as ruas. E o governador se orgulha de estar batendo recordes na construção de pontes e viadutos. Signo da modernidade, Brasília é, no aspecto, exemplo do atraso: rema contra a corrente da mobilidade que se implanta em Amsterdam, Paris, Copenhague. Oslo, na Noruega, planeja livrar seu centro de carros até 2019.

Mas como tristezas “andam em batalhões”, como diz o príncipe Hamlet, a sanha “rodoviarista” (todo poder aos carros!!!) vem junto com a reprodução de padrões excludentes de uso do solo.

Há algum tempo o governo negociou a não-construção de um restaurante de vizinhança, dobrando-se a pressões dos vizinhos que não queriam “incômodos” nas proximidades. O terreno e seu ex-futuro restaurante eram perfeitamente legais, faziam parte das normas do conjunto tombado. Não teria sido o proprietário a ferir o estatuto do tombamento: foi o governo local que o fez, prejudicando a forma prevista para o bairro residencial, que incluía o restaurante a configurar melhor a vizinhança. Bom lembrar que o estatuto do tombamento determina a preservação das “escalas” da cidade: respeitar os volumes e espaços livres definidos para o Plano Piloto. Fez-se o contrário. Os eventuais ruídos ou incômodos alegados contra o restaurante – se os houvesse – não seriam um caso de urbanismo, mas um caso de polícia. Assim são tratados em qualquer cidade.

Mais recentemente, nova surpresa (e mais do mesmo): no âmbito das discussões sobre a lei de uso do solo, o governo novamente curva-se a pressões dos moradores de bairros de mansões e casas individuais nas regiões lacustres e outras, e proíbe serviços, definindo imensas áreas como exclusivamente residenciais. Os que já lá estão serão regulamentados, assim nos informam – e, num divertido paradoxo, abaixo-assinados eram coletados contra novos serviços... na porta de um supermercado. Seguem a lógica perversa da cidade setorizada – “cada coisa no seu lugar” – aumentando distâncias, custos e poluição. Culpam os arquitetos modernos, particularmente Lucio Costa, pela urbe segmentada. Em boa parte, um mito. Esquecem que seu arquiteto enfatizava predominância de usos, não exclusão. E não falam que a cidade mais e mais corresponde aos piores valores antiurbanos, segregacionistas e elitistas de suas camadas mais altas.

Enquanto isso, quando surgem serviços populares numa avenida profundamente deteriorada (a W 3), eles são demonizados pelos vizinhos, e sua população (empreendedores e usuários) é criminalizada. Mudando de metáfora culinária, os “escondidinhos” populares na paisagem predominantemente de classe alta estão permitidos pelo estatuto do tombamento, como deixou clara portaria do IPHAN de 2016, mas até hoje não foram regulamentados pelo governo local – são pousadas, sedes de sindicatos, cartomantes, cursinhos noturnos, outros serviços populares. A julgar pelos recentes episódios, jamais o serão. Estão condenados a permanecer invisíveis: pela repressão em curso, notamos cada vez menos letreiros, mas sabemos que estão por lá. Felizmente, pois são uma alternativa popular inexistente em outros pontos da área central da capital futurista, famosa por seus preços estratosféricos. Seriam parte da solução dos problemas da avenida, não o seu agravamento.

Os três exemplos reproduzem problemas históricos da capital. E jogam pedras no caminho de uma cidade inclusiva, sustentável, e ainda mais bela.

(\*) Professor Titular aposentado e Pesquisador Colaborador Sênior da Universidade de Brasília

Como citar:

HOLANDA, Frederico de. De macarronadas e escondidinhos. *Correio Braziliense*, Brasília, 1 nov. 2017. Caderno 1, p. 13.